



**Demonstrações Financeiras Individuais
Preparadas de Acordo com Práticas
Contábeis Adotadas no Brasil**

Banco Original S.A.

31 de Dezembro de 2015

	Pág.
Relatório da Administração	1
Relatório dos Auditores Independentes	3
Demonstrações Financeiras	
Balanços Patrimoniais	5
Demonstrações dos Resultados	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	9
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	
Nota 1 . Contexto Operacional	10
Nota 2 . Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras	10
Nota 3 . Principais Práticas Contábeis	10
Nota 4 . Caixa e Equivalentes de caixa	13
Nota 5 . Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	13
Nota 6 . Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	14
Nota 7 . Relações Interfinanceiras	17
Nota 8 . Carteira de Créditos e Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	17
Nota 9 . Outros Créditos	19
Nota 10 . Outros Valores e Bens	21
Nota 11 . Participações em Coligadas e Controladas	22
Nota 12 . Imobilizado de Uso	22
Nota 13 . Intangível	22
Nota 14 . Captações de Recursos e Obrigações por Repasses	23
Nota 15 . Obrigações por empréstimos	24
Nota 16 . Outras Obrigações	24
Nota 17 . Ativos e Passivos Contingentes e Provisões	25
Nota 18 . Patrimônio Líquido	26
Nota 19 . Limites Operacionais	26
Nota 20 . Partes Relacionadas	27
Nota 21 . Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	28
Nota 22 . Despesas de Pessoal	28
Nota 23 . Outras Despesas Administrativas	28
Nota 24 . Despesas Tributárias	28
Nota 25 . Outras Receitas Operacionais	28
Nota 26 . Outras Despesas Operacionais	29
Nota 27 . Resultado não Operacional	29
Nota 28 . Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)	29
Nota 29 . Estrutura de Gerenciamento de Riscos	29
Nota 30 . Outras Informações	30
Relatório do Comitê de Auditoria	31

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Original S.A. (Banco), acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Este relatório, assim como as demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Em 2013 o Banco passou por um importante processo de revisão estratégica de negócio, que resultou na adequação de sua estrutura organizacional, linhas de negócio, governança corporativa, gestão de riscos, processos e sistemas.

Contando com sólida estrutura de capital e baixo índice de alavancagem, o Banco encontra-se bem posicionado para identificar as melhores oportunidades de mercado.

Neste sentido, iniciamos atividades no segmento Corporate no início de 2013, o qual contou com alocação de equipe dedicada e regras de governança exclusivamente a este segmento. Este esforço apresentou resultados positivos em termos do volume da Carteira de Crédito e da qualidade das empresas convertidas em clientes.

Em 2015, continuamos expandindo as atividades neste segmento através da ampliação da oferta de produtos e serviços para consolidar a atuação do Banco Original neste importante nicho do mercado brasileiro.

● Projeto Banco Digital

Pesquisas demonstram que há oportunidade para um banco diferenciado para um público de alta renda, empresas corporate qualificadas e para o agronegócio profissionalizado, que são carentes de serviços personalizados e qualidade diferenciada de atendimento.

A partir desses princípios iniciamos em 2013 e de forma mais acelerada no final de 2014, pesados investimentos na contratação e treinamento de profissionais, bem como na compra e desenvolvimento de softwares, para construção de um banco digital completo que utilizará o que há de mais atual na tecnologia global.

Neste sentido, o Banco Original apresentou em 28/07/2014 referente ao ano base 2013 as informações ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI) relacionadas as atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de Inovação tecnológica de pessoas jurídicas beneficiárias dos incentivos fiscais previstos no capítulo III da Lei n.º 11.196 de 2005 (Lei do Bem).

Em 11/06/2015 o MCTI comunicou ao Banco Original S.A que as exigências do Capítulo III da Lei do Bem foram atendidas, o que o habilita usufruir dos incentivos fiscais da referida Lei. O benefício de imposto de renda e contribuição social gerado pela instituição foi de R\$ 771 mil.

● Desempenho nos Negócios

1. Resultados

Este crescimento expressivo no resultado é decorrente da expansão dos negócios corporate e agronegócio, através da ampliação da oferta de produtos e serviços consolidando a fidelização de nossos clientes.

2. Ativos e Passivos

O total de ativos atingiu R\$ 6.561.170 (31/12/2014 - R\$ 4.451.279), e é representado principalmente por:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Aplicações Interfinanceiras	592.421	247.108
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros	764.613	1.323.633
Carteira de Créditos e Outros		
Créditos com Característica de Operação de Crédito	4.224.183	2.409.937

A carteira de crédito e outros créditos com característica de operação de crédito ao término do semestre atingiu R\$ 4.224.183, o saldo da provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa é de R\$ 125.266, correspondente a 3% da carteira total, em dezembro de 2014 correspondiam a R\$ 2.409.937 e R\$ 37.014 respectivamente, em conformidade com a Resolução CMN n° 2.682/99.

O crescimento de 75% da carteira de operações de crédito, que está representado pela expansão do segmento corporate e agronegócio e a aplicação da política de maior seletividade nas concessões de crédito, incorporando ao portfólio do Banco um mix de clientes e produtos, que, por serem de menor risco, geram menor margem financeira, e resultam em menores despesas com provisão de crédito. Em 31 de dezembro de 2015 houve um crescimento da compra de recebíveis de 261% em relação em 31 de dezembro de 2014.

Ainda com relação ao desempenho do novo direcionamento de negócio, em função do expressivo crescimento da carteira de crédito e de forma conservadora a Administração optou por antecipar a possível piora do cenário econômico brasileiro realizando um aumento para as provisões de crédito.

3. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido resultante ao final do exercício foi de R\$ 2.063.760 (31/12/2014 - R\$ 1.977.385), composto da seguinte maneira:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Capital Social	2.130.001	2.103.451
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(10.976)	(8.193)
Prejuízos Acumulados	(55.265)	(117.873)

● Expansão dos Negócios

Em agosto de 2015 O Banco Central do Brasil (Bacen) autorizou a participação do Banco Original S.A. no capital social da Miralta Serviços S.A, empresa de arranjo de pagamentos que controla a carteira virtual de smartphone PicPay.

Em 25 de novembro de 2015 a autoridade monetária da Ilha de Cayman autorizou a abertura da agência no exterior do Banco Original S.A .

Em 04 de janeiro de 2016 a Comissão de Valores Mobiliários autorizou o Banco Original S.A a prestar os serviços de custódia de valores mobiliários.

Todas aprovações acima proporcionam a ampliação da oferta de produtos e serviços para consolidar a atuação do Conglomerado.

Em 22 de dezembro de 2015 a Original Promotora Ltda teve sua denominação social alterada para Original App Ltda e passou a prestar serviços relacionados a créditos concedidos por terceiros, serviços de teleatendimento e serviços de contatos telefônicos relacionados aos serviços ofertados e desenvolvimento de programas de computador relacionados a produtos e serviços oferecidos por terceiros no mercado virtual.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

● **Agência de Rating**

As agências internacionais de rating atribuem notas qualificando a situação financeira do Banco, a tabela abaixo demonstra os ratings atribuídos:

Agência	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
	Escala Nacional		Escala Internacional (IDR – moeda local e estrangeira)	
Moody's (1)	BR - 2	Baa1.br	NP	B1
Standard & Poor's (1)	brA-3	brBBB	-	-
Fitch Ratings (2)	F2 (bra)	BBB+ (bra)	B	B+

(1) Junho/2015

(2) Dezembro/2015

● **Governança Corporativa**

1. Gerenciamento de Riscos e Controles

Em cumprimento às disposições legais impostas pelo BACEN relativas ao gerenciamento e controle de riscos, o Banco possui uma estrutura dimensionada de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e/ou atividades da instituição. Assim, o Banco conta com políticas, processos e procedimentos voltados para a administração e gestão de riscos, utilizando-se de instrumentos para medir, monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades.

Estes processos incluem a gestão da exposição aos riscos de: mercado, crédito, liquidez, operacional, legal, "compliance" e regulatório.

O Banco revisa constantemente seus processos de gestão de riscos visando as melhores práticas de mercado e a total aderência à legislação em vigor.

2. Comitê de auditoria

A partir do 3º trimestre de 2014 o Comitê de Auditoria passou a ser composto por membros altamente qualificados e independentes, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.329/2014, completando a estrutura de controle com um desenho que representa o mais alto padrão em Governança Corporativa.

● **Ouvidoria**

A estrutura de Ouvidoria do Banco atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de ampla rede de pontos e materiais de comunicação. A Instituição mantém sua Ouvidoria como um instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e compromete-se em auxiliá-la no cumprimento de sua missão.

Em 2015, foram abertas 59 demandas informadas à Alta Administração do Banco, também constam no relatório de Ouvidoria, exigido pela Resolução BACEN nº 3.849/2010.

● **Pessoas**

O Banco acredita que seus colaboradores são imprescindíveis para o sucesso e crescimento da instituição e, desse modo, respeita as diferenças individuais e culturais e estimula o ambiente onde todos possam contribuir com suas experiências.

Assim investe de forma contínua e estratégica na formação de seus colaboradores, através de programas como Educação Corporativa e Parcerias, com um modelo que estimula o desenvolvimento e fortalece os valores e cultura organizacional.

● **Relacionamento com os Auditores**

De acordo com a Resolução CMN nº 3.198/2004, informamos que durante o semestre os Auditores Independentes prestaram exclusivamente os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Nesta oportunidade agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos funcionários e colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 24 de Fevereiro de 2016.

Diretoria

Contador

Maximiliano da Silva de Jesus - CRC - 1SP194.580/O-6

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Original S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Original S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2015	2014
Ativo Circulante		4.844.047	3.776.931
Disponibilidades	4	37.638	28.839
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	587.542	242.799
Aplicações no Mercado Aberto		587.542	205.649
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		-	37.150
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	603.254	1.170.055
Carteira Própria	6.a	532.338	1.008.804
Vinculados a Compromissos de Recompra	6.a	-	112.333
Vinculados à Prestação de Garantias	6.a	9.352	2.669
Instrumentos Financeiros Derivativos		61.564	46.249
Relações Interfinanceiras		682	657
Créditos Vinculados:		667	485
Depósitos no Banco Central	7	667	485
Correspondentes		15	172
Relações Interdependências	14.d	2.528	558
Transferências Internas de Recursos		2.528	558
Operações de Crédito	8	2.060.660	1.768.951
Setor Privado		2.149.498	1.794.189
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	(88.838)	(25.238)
Outros Créditos		1.519.125	556.213
Carteira de Câmbio	9.a	59.299	98.397
Rendas a Receber		715	652
Negociação e Intermediação de Valores		46.502	11.223
Créditos Tributários	9.b.1	47.290	43.514
Direitos creditórios	9.d	1.323.524	367.239
Diversos	9.d	52.415	39.464
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e.1	(10.621)	(4.276)
Outros Valores e Bens	10	32.618	8.859
Despesas Antecipadas		32.618	8.859
Ativo Realizável a Longo Prazo		1.091.839	481.485
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	4.879	4.309
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		4.879	4.309
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	161.359	153.578
Carteira Própria	6.a	108.993	3.283
Vinculados à Prestação de Garantias	6.a	50.551	149.993
Instrumentos Financeiros Derivativos		1.815	302
Operações de Crédito	8	671.698	152.009
Setor Privado		697.505	159.509
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	(25.807)	(7.500)
Outros Créditos	9.b.1	173.360	112.961
Créditos Tributários		173.360	112.961
Outros Valores e Bens	10	80.543	58.628
Outros Valores e Bens		99.441	74.116
(Provisão para Desvalorização)		(18.898)	(15.488)
Permanente		625.284	192.863
Investimentos		65.940	2.329
Participações em Coligadas e Controladas:		65.545	1.864
No País	11	65.545	1.864
Outros Investimentos		395	465
Imobilizado de Uso	12	105.643	43.086
Outras Imobilizações de Uso		118.281	53.875
(Depreciações Acumuladas)		(12.638)	(10.789)
Ativos Intangíveis	13	453.701	147.448
Ativos Intangíveis		453.701	147.448
Total do Ativo		6.561.170	4.451.279

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2015	2014
Passivo Circulante		3.185.710	2.144.135
Depósitos	14.a	778.151	361.957
Depósitos à Vista		68.572	31.729
Depósitos Interfinanceiros		2.034	35.433
Depósitos a Prazo		707.545	294.795
Captações no Mercado Aberto	14.b	82.419	111.764
Carteira Própria		-	111.764
Carteira de Terceiros		82.419	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.c	1.549.663	761.935
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		1.549.663	761.935
Relações Interdependências		2.867	1.465
Recursos em Trânsito de Terceiros		295	921
Transferências Internas de Recursos	14.d	2.572	544
Obrigações por empréstimos	15	447.875	563.010
Empréstimos no Exterior		447.875	563.010
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	14.e	65.717	59.018
Outras Instituições		65.717	59.018
Instrumentos Financeiros Derivativos		40.022	18.285
Instrumentos Financeiros Derivativos		40.022	18.285
Outras Obrigações	16	218.997	266.701
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		53	25
Carteira de Câmbio	9.a	1.644	804
Sociais e Estatutárias		10.000	10.000
Fiscais e Previdenciárias	16.a	61.020	46.509
Negociação e Intermediação de Valores		25.729	13.220
Diversas	16.b	120.550	196.143
Passivo Exigível a Longo Prazo		1.308.778	327.392
Depósitos	14.a	631.911	197.349
Depósitos a Prazo		631.911	197.349
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.c	615.874	76.672
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		615.874	76.672
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	14.e	5.098	3.903
Outras Instituições		5.098	3.903
Instrumentos Financeiros Derivativos		1.422	-
Instrumentos Financeiros Derivativos		1.422	-
Outras Obrigações	16	54.473	49.468
Diversas	16.b	54.473	49.468
Resultados de Exercícios Futuros		2.922	2.367
Rendas Antecipadas		2.922	2.367
Patrimônio Líquido	18	2.063.760	1.977.385
Capital Social:		2.130.001	2.103.451
De Domiciliados no País	18.a	2.130.001	2.103.451
Ajustes de Avaliação Patrimonial	18.b	(10.976)	(8.193)
Prejuízos Acumulados		(55.265)	(117.873)
Total do Passivo		6.561.170	4.451.279

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2º Semestre	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Receitas da Intermediação Financeira		545.993	992.731	408.430
Operações de Crédito	8.g	487.228	796.219	298.237
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a.3	86.962	205.836	134.452
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b.3	(56.835)	(49.229)	(33.417)
Resultado de Operações com Câmbio	9.a.1	28.638	39.905	9.158
Despesas da Intermediação Financeira		(417.688)	(678.762)	(152.933)
Operações de Captação no Mercado	14.a.1	(235.938)	(356.059)	(85.766)
Operações de Empréstimos e Repasses	14.f	(144.882)	(229.819)	(57.304)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.e	(36.868)	(92.884)	(9.863)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		128.305	313.969	255.497
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(110.157)	(199.421)	(143.686)
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	21	16.460	34.699	16.882
Despesas de Pessoal	22	(65.872)	(114.981)	(89.981)
Outras Despesas Administrativas	23	(51.637)	(93.056)	(54.642)
Despesas Tributárias	24	(13.103)	(26.936)	(16.188)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	11	909	2.039	(178)
Outras Receitas Operacionais	25	5.241	8.483	8.379
Outras Despesas Operacionais	26	(2.155)	(9.669)	(7.958)
Resultado Operacional		18.148	114.548	111.811
Resultado não Operacional	27	554	651	523
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		18.702	115.200	112.334
Imposto de Renda e Contribuição Social	28	47.879	31.908	(23.416)
Provisão para Imposto de Renda		(12.152)	(22.068)	(10.152)
Provisão para Contribuição Social		(9.631)	(15.763)	(5.298)
Ativo Fiscal Diferido		69.662	69.739	(7.966)
Participações no Lucro		(17.052)	(41.499)	(19.857)
Lucro Líquido do Semestre/ Exercício		49.529	105.608	69.061
Juros Sobre Capital Próprio		(43.000)	(43.000)	(39.000)
Lucro Líquido por Ação - em (537.826.073) Ações		0,0921	0,1964	0,1284

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO ORIGINAL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/(Prejuízos Acumulados)	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		2.068.201	12.100	504	(147.934)	1.932.871
Aumento de Capital		-	23.150	-	-	23.150
Homologação do Bacen s/aumento de Capital Social		12.100	(12.100)	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	(8.697)	-	(8.697)
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	69.061	69.061
Destinações:						-
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	(39.000)	(39.000)
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		2.080.301	23.150	(8.193)	(117.873)	1.977.385
Mutações do Exercício		12.100	11.050	(8.697)	30.061	44.514
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		2.080.301	23.150	(8.193)	(117.873)	1.977.385
Aumento de Capital	18.a	-	26.550	-	-	26.550
Homologação do Bacen s/aumento de Capital Social		23.150	(23.150)	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	18.b	-	-	(2.783)	-	(2.783)
Lucro Líquido no Período		-	-	-	105.608	105.608
Destinações:						-
Juros sobre o Capital Próprio	18.c	-	-	-	(43.000)	(43.000)
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		2.103.451	26.550	(10.976)	(55.265)	2.063.760
Mutações do Exercício		23.150	3.400	(2.783)	62.608	86.375
Saldos em 30 de Junho de 2015		2.103.451	-	(8.150)	(61.794)	2.033.507
Aumento de Capital		-	26.550	-	-	26.550
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	(2.826)	-	(2.826)
Lucro Líquido no semestre		-	-	-	49.529	49.529
Destinações:						-
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	(43.000)	(43.000)
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		2.103.451	26.550	(10.976)	(55.265)	2.063.760
Mutações do Semestre		-	26.550	(2.826)	6.529	30.253

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2º Semestre	31/12/2015	31/12/2014
Atividades Operacionais				
Lucro Líquido do Semestre/ Exercício		49.529	105.608	69.061
Ajustes ao Lucro Líquido do Semestre/ Exercício:		72.204	92.892	44.758
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.e	36.868	92.884	9.863
Carteira de crédito		30.667	86.550	5.677
Outros Créditos		6.206	6.345	4.276
Cessão de créditos		(5)	(11)	(90)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	11	(909)	(2.039)	178
Depreciações e Amortizações	23	970	1.855	1.693
Ajuste a Valor de Mercado		89.191	22.803	-
Tributos Diferidos		(69.662)	(69.739)	178
Provisão para Processos Judiciais, Administrativos e Outros	26	(4.814)	2.121	1.693
Provisão de Participações no Lucro		17.052	41.499	19.857
Provisão para Desvalorização BNDU	23	3.508	3.508	7.966
Resultado na Alienação de Bens não de Uso		-	-	3.330
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Semestre/ Exercício		121.733	198.500	113.819
Variações em Ativos e Passivos		151.544	640.942	(227.211)
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		7.996	7.741	230.043
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos		635.313	589.146	(591.940)
Varição Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		(478)	(594)	(19.228)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito		(445.478)	(893.304)	(1.186.947)
Redução (Aumento) em Outros Créditos		(712.315)	(1.023.312)	(390.927)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		(23.971)	(25.325)	(42.532)
Aumento (Redução) em Depósitos		435.249	850.755	276.344
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto		(163.921)	(29.344)	32.935
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		763.143	1.326.930	781.025
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		(116.682)	(107.241)	600.721
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		(227.832)	(55.065)	81.878
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros		520	555	1.417
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		273.278	839.442	(113.392)
Aumento de Investimentos		(9.580)	(61.642)	(2.041)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(21.943)	(64.406)	(37.487)
Aplicações no Intangível		(156.520)	(306.253)	(127.368)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		(188.043)	(432.301)	(166.896)
Aumento de Capital		26.550	26.550	23.150
Juros sobre o Capital Próprio		(43.000)	(43.000)	(23.150)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		(16.450)	(16.450)	-
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		68.785	390.691	(280.288)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre/ Exercício		556.394	234.488	514.776
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre/ Exercício	4	625.179	625.179	234.488
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		68.785	390.691	(280.288)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

O Banco Original S.A. (Banco) é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar sob a forma de banco múltiplo, através de carteira comercial, de financiamento, de investimento e de crédito imobiliário, constituído na forma de sociedade anônima, sediado na Rua General Furtado do Nascimento, 66 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/1976, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para determinação e contabilização dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Entretanto, a Administração revisa periodicamente essas premissas e estimativas e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas.

Estas demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas pela Administração na reunião realizada em 24 de fevereiro de 2016 e serão divulgadas, no endereço eletrônico www.original.com.br.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados.

b) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para ajustar o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/2001.

c) Apresentação das Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas no CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira e aplicações interfinanceiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os valores são compostos conforme Nota 4.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pela taxa de mercado contratada em cada operação.

Os demais ativos são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

f) Títulos e Valores Mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado. Conforme Circular nº 3.068/2011 os títulos são registrados no Ativo Circulante independente de sua data de vencimento.
- **Títulos disponíveis para venda** - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial", e esses ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido; e
- **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado. Em 2015 não há títulos mantidos até o vencimento.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos que o Banco opera não atendem os critérios de "hedge" contábil estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.082/2002 e são utilizados para administrar a exposição global de risco e às necessidades de clientes.

Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado.

h) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

A partir de 1º de janeiro de 2012, entrou em vigência a Resolução nº 3.533/2008, do CMN, que alterou o registro das operações de cessões de crédito, realizadas a partir de 2012, estabelecendo procedimentos para a classificação e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. Conforme esse novo normativo, a manutenção ou baixa do ativo financeiro está relacionada à retenção substancial dos riscos e benefícios na operação de venda ou transferência.

As operações de cessão de créditos classificadas como "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios", devem ser baixadas do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado ao resultado do período de forma segregada.

Nas operações classificadas como "operações com retenção substancial dos riscos e benefícios", o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência deve permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo, os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e as receitas e as despesas de atualização dessas contas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As classificadas como "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com transferência de controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem obedecer o procedimento das "operações com transferência" e as "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com retenção do controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem permanecer registradas no ativo na proporção do seu envolvimento continuado, que é o valor pelo qual a instituição continua exposta às variações no valor do ativo transferido, o passivo referente à obrigação assumida na operação deve ser reconhecido, o resultado positivo ou negativo apurado, referente à parcela cujos riscos e benefícios foram transferidos, deve ser apropriado proporcionalmente ao resultado do período de forma segregada e as receitas e despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, observado as regras da Resolução nº 2.682/1999 do CMN, exceto quando houver amortização significativa das operações ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela Administração do Banco para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo Bacen.

i) Outros ativos

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base "pro rata" dia, incorridos até a data do balanço.

j) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e, estão registradas na rubrica "Outros valores e bens".

k) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

k.1) Títulos Patrimoniais

Os títulos patrimoniais estão demonstrados pelo valor nominal e são atualizados na data-base do balanço pelo seu valor patrimonial, com base nas informações recebidas da entidade. O montante dessa atualização, quando apurado, é reconhecido no resultado.

k.2) Investimentos em Controladas

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas.

k.3) Imobilizado de Uso

O ativo imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela estimativa de vida útil do bem, sendo: instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - 10 anos, sistemas de processamento de dados e veículos - 5 anos e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10 anos.

k.4) Intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive aqueles correspondentes à prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares.

Os ativos intangíveis são compostos substancialmente por gastos de desenvolvimento do Projeto Digital. Esses gastos serão amortizados durante sua vida econômica estimada, que não ultrapassará dez anos. A amortização do projeto não foi iniciada até dezembro de 2015. A expectativa de início da amortização é a partir de 2016.

l) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros ("Impairment")

É reconhecido como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável, ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substanciais, independente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas com "impairment", quando aplicáveis, são registradas no resultado do exercício em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. Nos exercícios de 2015 e 2014 foram realizados testes e a instituição identificou a existência de indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros reconhecendo seus impactos no resultado.

m) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

n) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (Corrente e Diferido)

A provisão para IRPJ é constituída com base no lucro real, assim entendido como sendo o lucro líquido contábil, ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 mil no exercício fiscal. A provisão para CSLL é calculada sobre o lucro líquido contábil também ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei. As instituições financeiras, durante o ano de 2015, estiveram sujeitas a alíquota de 15% no período de janeiro a agosto e de 20% a partir de setembro, com a entrada em vigor da Lei nº 13.169/15, fruto de conversão da MP nº 675/15. As demais empresas, tiveram sua tributação mantida pela alíquota de 9% durante todo o exercício. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes, na data das demonstrações financeiras, sendo que os créditos sobre adições temporárias, quando houver, serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários estão registrados na rubrica "Outros créditos" e foram reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

Com o advento da conversão da MP nº 675 na Lei 13.169, de 6 de outubro de 2015, os créditos tributários relativos a CSLL foram majorados para refletir a elevação da alíquota de 15% para 20% até dezembro de 2018.

o) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se nos critérios definidos no CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Passivos contingentes** - São apenas divulgados nas demonstrações financeiras porque são obrigações possíveis, visto que ainda há incertezas se a entidade tem uma obrigação que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos;
- **Provisões** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras as obrigações derivadas de contratos, legislação ou outra ação da lei em que a entidade não tem outra alternativa senão de liquidar a obrigação.

p) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS 0,65% e a COFINS 4% são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da COFINS são registradas em "despesas tributárias".

q) Outros Passivos

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias até a data do balanço, e nas operações pré-fixadas pelo valor de resgate deduzido das correspondentes despesas a apropriar.

r) Resultado de Exercícios Futuros

Entendam-se como rendas antecipadas (resultado de exercícios futuros) as receitas de exercícios futuros correspondentes a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação de serviço), sobre os quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, apenas, da fluência do prazo.

s) Partes Relacionadas

O Banco possui transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preços e condições de mercado, para operações livres de risco. Essas transações estão demonstradas na Nota 20.

t) Resultado por Ação

É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras.

u) Dividendos/Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos ou JCP é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado do exercício, conforme permite o Art.202, Parágrafo 3º, Inciso II, da Lei nº 6.404/1976.

No exercício de 2015 e 2014 foram deliberados dividendos na forma de JCP, a deliberação está demonstrada na Nota 18.c.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

v) Avais e Fianças

Os avais e fianças não honrados e prestados pelo Banco, não constituídos por dinheiro, são registrados em nome dos avalizados ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos revistos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação decorrentes de acontecimentos futuros, previstos ou fortuitos.

As rendas de comissões de avais e fianças prestadas, pertencentes ao período e não recebidas são contabilizadas mensalmente em Comissões por coobrigações a receber, em contrapartida com Rendas de garantias prestadas.

As comissões recebidas antecipadamente contabilizam-se em rendas antecipadas, do grupamento Resultados de Exercícios Futuros, apropriando-se mensalmente, segundo o regime de competência.

As operações de avais e fianças prestadas e honradas terão provisionamento atribuído a cada cliente conforme definido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

x) Benefícios a Empregados

Em junho de 2015 o Bacen aprovou o CPC 33 - Benefícios a Empregados, através da Resolução nº 4.424/2015. Esta norma entra em vigor em Janeiro de 2016, contudo, a administração do Banco optou por antecipar sua aplicação para o exercício findo de dezembro de 2015.

4. Caixa e Equivalentes de caixa

Composição	31/12/2015	31/12/2014
Disponibilidades em moeda nacional e estrangeira	37.638	28.839
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	587.541	205.649
Total	625.179	234.488

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

				31/12/2015	31/12/2014
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	587.541	-	-	587.541	205.649
Posição Bancada	504.302	-	-	504.302	205.649
Letras do Tesouro Nacional - LTN	385.000	-	-	385.000	205.649
Notas do Tesouro Nacional - NTN	119.302	-	-	119.302	-
Posição Financiada	83.239	-	-	83.239	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	83.239	-	-	83.239	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	-	4.879	4.879	41.459
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - POS	-	-	4.879	4.879	39.470
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAF	-	-	-	-	175
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural SUBEX	-	-	-	-	1.613
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAMP	-	-	-	-	201
Total	587.541	-	4.879	592.420	247.108
Circulante				587.542	242.799
Longo Prazo				4.879	4.309

As operações compromissadas encontram-se custodiadas na CETIP - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, e os lastros das operações no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

a.1) Classificação por Título, Valor de Mercado e Curva

a.1.1) Títulos para Negociação

	31/12/2015		31/12/2014	
	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Carteira Própria				
Títulos Privados				
Ações de Companhias Abertas	33.249	33.880	67.129	60.878
Total Carteira Própria	33.249	33.880	67.129	60.878

a.1.2) Títulos Disponíveis para Venda

	31/12/2015		31/12/2014	
	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Carteira Própria				
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	76.455	(1.351)	75.104	324.439
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	49.111	(6.895)	42.216	165.641
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	125.846	(652)	125.194	50.887
Aplicação em títulos e valores mobiliários no Exterior	332.283	(3.633)	328.650	406.959
Títulos Privados				
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	3.015	23	3.038	3.283
Total	586.710	(12.509)	574.201	951.209
Vinculados a compromissos de recompra				
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	112.333
Total	-	-	-	112.333
Vinculados a prestação de garantias				
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	55.896	(5.345)	50.551	110.591
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	-	-	24.751
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	9.433	(81)	9.352	17.320
Total	65.329	(5.426)	59.903	152.662

a.2) Classificação e Vencimento

	31/12/2015			31/12/2014	
	Sem Vencimento	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Títulos para Negociação					
Carteira Própria					
Títulos Privados					
Ações de Companhias Abertas	67.129	-	-	67.129	60.878
Total Carteira Própria	67.129	-	-	67.129	60.878
Circulante				67.129	60.878
Longo Prazo				-	-

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

				31/12/2015	31/12/2014	
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	
Títulos Disponíveis para Venda						
Carteira Própria						
Títulos Públicos						
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	62.467	-	12.637	75.104	324.440
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	-	-	42.216	42.216	165.641
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	71.054	54.140	125.194	50.887
Aplicação em tit. e valores mobiliários no Exterior	-	328.650	-	-	328.650	406.958
Total Títulos Públicos	-	391.117	71.054	108.993	571.164	947.926
Títulos Privados						
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI ⁽¹⁾	-	-	-	3.038	3.038	3.283
Total Títulos Privados	-	-	-	3.038	3.038	3.283
Total Carteira Própria	-	391.117	71.054	112.031	574.202	951.209
Circulante					462.171	947.926
Longo Prazo					112.031	3.283
Vinculados a compromissos de recompra						
Títulos Públicos						
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	-	112.333
Total Vinculados a compromissos de recompra	-	-	-	-	-	112.333
Circulante						112.333
Longo Prazo						-
Vinculados a prestação de garantias						
Títulos Públicos						
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	50.551	50.551	110.591
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	-	-	-	-	24.751
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	9.352	-	9.352	17.320
Total Vinculados a prestação de garantias	-	-	9.352	50.551	59.903	152.662
Circulante					9.352	2.669
Longo Prazo					50.551	149.993

(1) A aplicação em CRI pós-fixado refere-se à aquisição dos Certificados subordinados da primeira emissão da Gaia Securitizadora S.A., 1ª série e 2ª série. Estes papéis são remunerados às taxas de 14,50% a.a. e corrigidos monetariamente pela Taxa Referencial (TR), respectivamente, tendo seu vencimento em dezembro de 2038.

Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC, os títulos privados na CETIP, as ações na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC) e os títulos no exterior encontram-se custodiados na EuroClear.

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelas taxas divulgadas pela BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ou agentes de mercado, quando necessário.

a.3) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	01/01 a		
	2º Semestre	31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	44.954	82.502	77.195
Resultado de Títulos de Renda Fixa	41.091	73.527	42.442
Resultado de Títulos de Renda Variável	(21.750)	7.207	8.208
Resultado de Títulos no Exterior	22.668	42.601	6.607
Total	86.962	205.836	134.452

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de atender as necessidades de clientes, fazer a gestão de risco de mercado às exposições decorrentes dos fatores de risco, taxa pré-fixada, variação de preço de moedas estrangeiras, Ibovespa e de "Commodities", assim como dos cupons de moeda estrangeira, de índices de preços e de outras taxas de juros do mercado doméstico.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o Banco não possui instrumentos financeiros derivativos classificados contabilmente como "hedge" nos termos da Circular CMN nº 3082/2002.

A estrutura organizacional e de processos é montada de forma a permitir um controle independente e assertivo dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades. A estrutura de gerenciamento de riscos está descrita na Nota 29.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para gestão de riscos das carteiras de negociação "trading" e não-negociação "banking". Aqueles classificados como "trading" são utilizados visando o gerenciamento das exposições ao risco de mercado das operações de negociação, cuja intenção é a revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, ou ainda a realização de arbitragem. Diariamente, estas operações são identificadas, mensuradas, submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à Administração.

As metodologias de mensuração e controle para os riscos da carteira de negociação são: o "VaR" Paramétrico (Value at Risk), com nível de confiança de 99,9% e intervalos de tempo "holding period" variável, estipulado de acordo com o prazo de liquidação/imunização da carteira; os testes de estresse; e o "stop loss".

Aqueles classificados como "banking" possuem a finalidade de fazer a gestão do risco de mercado das exposições da carteira de não negociação, composta por ativos e passivos das linhas de negócios que não possuem a característica de negociação. Estas operações são controladas por medida de perda estimada baseada em choques históricos nas curvas de juros. A mensuração e o reporte à Administração ocorrem, no mínimo, mensalmente.

Carteira Trading - dez/2015		Value at Risk		
Fator de Risco	Risco de Variação em:	Média	Fechamento	dez/14
Pré-fixado	Taxa de Juros pré-fixada	834	1.274	164
Boi Gordo	Preço do Boi Gordo CEPEA	2	-	1
Moedas Estrangeiras	Variação Cambial	2.734	2.178	848
Ação Bovespa	Ação da Bovespa	13.025	10.432	14.210
Exposição com Correlação		15.006	10.623	15.030

Carteira Banking - dez/2015		Teste de Estresse		
Risco		Média	Fechamento	Fechamento
Risco de Taxa de Juros		28.433	56.661	18.160

b.1) Critérios de Avaliação e Mensuração na Apuração do Valor de Mercado

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é realizada de forma diária e baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas e em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Premissas para determinação de preços de mercado:

- **Futuros e Opções Padronizadas:** cotações em Bolsas;
- **Opções não Padronizadas:** determinadas com modelos de precificação de opções aplicados às variáveis observadas no mercado;
- **"Swaps":** o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da BM&FBovespa; e
- **Termo de Moeda:** o valor futuro da operação descontado a valor presente, conforme taxas obtidas na BM&FBovespa ou bolsas de referência.

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais "notional" estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

	31/12/2015			31/12/2014		
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Referencial do Contrato	Valor de Curva	Valor de Mercado	Referencial do Contrato
NDF						
Posição Ativa	63.238	42.911	3.190.629	15.654	14.093	1.272.521
Pré-Fixado	27.446	2.115	2.536.589	14.118	12.489	305.534
Dólar	35.792	40.796	654.040	1.427	1.495	958.599
Real	-	-	-	109	109	8.388
Passivo	(13.907)	(33.650)	(3.190.629)	(13.771)	(8.316)	(1.272.521)
Pré-Fixado	(11.781)	(6.293)	(654.040)	(173)	(531)	(305.534)
Dólar	(2.126)	(27.357)	(2.536.589)	(13.566)	(7.753)	(958.599)
Real	-	-	-	(32)	(32)	(8.388)
Diferencial Líquido	49.331	9.261	-	1.883	5.777	-
Swap						
Posição Ativa	16.543	20.491	472.553	47.022	31.879	596.246
Pré-Fixado	38	-	41.702	46.605	31.410	431.231
Dólar	16.373	20.016	335.878	112	158	158.997
CDI	132	475	94.973	305	311	6.018
Passivo	(5.478)	(7.816)	(472.553)	(11.051)	(9.969)	(596.246)
Pré-Fixado	-	-	(327.939)	-	-	(431.231)
Dólar	(5.211)	(6.322)	(93.195)	(11.051)	(9.969)	(158.997)
CDI	(267)	(1.494)	(51.419)	-	-	(6.018)
Diferencial Líquido	11.065	12.675	-	35.971	21.910	-
Opções						
Posição Passiva	-	-	-	762	579	(12.500)
Dólar	-	-	-	762	579	(12.500)
Diferencial Líquido	-	-	-	762	579	(12.500)

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Resumo	31/12/2015			31/12/2014	
	Custo - Valor a Receber/(Pagar)	Ajuste ao Valor de Mercado	Valor Referencial dos Contratos	Valor de Mercado	Valor Referencial dos Contratos
Compra/Venda de NDF - a Receber/(Pagar)	49.331	(40.070)	9.261	3.190.629	5.777
Contratos de "Swap" a Receber/(Pagar)	11.064	1.610	12.675	472.553	21.910
Contratos de Opções a Receber/(Pagar)	-	-	-	-	579
Contratos de Mercado Futuro a Receber/(Pagar)	-	-	-	11.537.664	-
Total	60.395	(38.460)	21.936	15.200.846	28.266

b.2) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

Valores a Receber/(Pagar) a Mercado	31/12/2015			31/12/2014	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Operações NDF a Receber/(Pagar)	(19.147)	26.978	1.430	9.261	5.777
Operações "Swap" a Receber/(Pagar)	(5.433)	19.144	(1.036)	12.675	21.910
Operações Opções a Receber/(Pagar)	-	-	-	-	579
Total	(24.580)	46.122	394	21.936	28.266

Valores Referenciais dos Futuros*	31/12/2015			31/12/2014	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
DI	859.904	6.392.724	315.610	7.568.239	1.383.000
Dólar	2.395.960	-	-	2.395.960	534.577
DDI	379.223	1.182.796	11.447	1.573.466	605.613
BGI	-	-	-	-	5.166
Euro	-	-	-	-	806
Total	3.635.087	7.575.520	327.057	11.537.665	2.529.162

* Referem-se aos valores referenciais nas datas de vencimento.

Os ajustes líquidos a pagar ou a receber referentes a contratos nos mercados futuros de boi gordo, DI, dólar, cupom de dólar e índice de Ibovespa em D+1, no montante de R\$ 20.774 ativos (31/12/2014 - R\$ (1.336)), foram registrados na rubrica de "Negociação e Intermediação de Valores".

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos efetuados junto à BM&FBovespa, foram requeridas margens de garantia em títulos públicos, no montante de R\$ 59.903 (31/12/2014 - R\$ 152.662) este representado por LTN R\$ 50.551 e NTN R\$ 9.352. Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados, conforme o caso, na CETIP e na BM&FBovespa.

b.3) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	2º Semestre			01/01 a 31/12/2015			01/01 a 31/12/2014
	Receita	Despesa	Resultado	Receita	Despesa	Resultado	Resultado
NDF	228.290	(595.217)	(366.927)	441.122	(1.317.004)	(875.882)	(103.607)
"Swap"	113.388	(33.473)	79.915	181.092	(57.702)	123.390	37.355
Opções	175	(970)	(795)	-	(2.206)	(2.206)	443
DI	18.983	(608)	18.375	27.673	(5.949)	21.724	(39.001)
DDI	25.319	(121.356)	(96.037)	117.812	(142.112)	(24.300)	58.951
BGI	129	(1)	128	182	(147)	35	107
Moedas	417.770	(94.233)	323.537	998.800	(275.287)	723.513	13.160
Dólar	-	(15.031)	(15.031)	-	(15.503)	(15.503)	(541)
S&P	-	-	-	-	-	-	(284)
Total	804.054	(860.889)	(56.835)	1.766.681	(1.815.910)	(49.229)	(33.417)

7. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica "Relações interfinanceiras" é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no BACEN no montante de R\$ 682 (31/12/2014 - R\$ 657) posição ativa, para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

8. Carteira de Créditos e Outros Créditos com Característica de Operação de Crédito e Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa

a) Carteira de Créditos - Composição por Produto

	31/12/2015	31/12/2014
Empréstimos e Títulos Descontados	1.444.572	942.137
Adiantamentos a Depositantes	90	-
Empréstimos	1.444.482	758.235
Cédula de Produto Rural (CPR) ⁽¹⁾	378.006	290.955
Capital de Giro	912.301	550.113
Conta Corrente Garantida	144.267	76.258
Empréstimo Consignado	8.852	24.421
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	108	389
Cheque Especial	685	-
Empréstimo Rotativo	247	1
Outros empréstimos	16	-
Títulos Descontados	71.432	91
Financiamentos	1.142.802	737.861
Cédula de Crédito à Exportação (CCE) ⁽²⁾	1.142.802	737.861
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	66.708	62.792
Financiamentos Imobiliários	119.397	107.955
Operações de crédito vinculadas a Cessão (Nota 8 f.1)	2.091	102.862
Adiantamento de Contratos de Câmbio (Nota 9.a)	52.457	88.996
Direitos Creditórios (Nota 9.d)	1.323.524	367.243
Outros créditos	1.200	-
Sub-Total	4.224.183	2.409.937
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(114.645)	(32.738)
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(10.621)	(4.276)
Total	4.098.917	2.372.923
Circulante	3.427.219	1.855.463
Longo Prazo	671.698	517.460

(1) Representa o compromisso de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia cedularmente constituída. Basicamente, o produtor rural a emite e recebe o valor negociado de forma antecipada.

(2) Título emitido por pessoas físicas e jurídicas para operação de financiamento à exportação, produção de bens para exportação, bem como às atividades de apoio e complementação da exportação, tem garantia real e é cedularmente constituída.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	Parcelas a			31/12/2015	31/12/2014
	Parcelas Vencidas a partir de 15 dias	Vencer até 12 Meses e Vencidas até 14 dias	Parcelas a Vencer Acima de 360 dias	Total	Total
Setor Privado					
Rural	68.924	981.669	312.391	1.362.984	1.042.613
Indústria	20.683	540.066	191.277	752.026	596.408
Financeiro	-	74.709	-	74.709	-
Outros Serviços	16.322	1.811.271	187.571	2.015.164	770.911
Pessoas Físicas	1.038	11.996	6.266	19.300	5
Total	106.967	3.419.711	697.505	4.224.183	2.409.937

c) Concentração de Crédito

	31/12/2015		31/12/2014			
	Valor	% da Carteira	Provisões	% das Provisões	Valor	% da Carteira
10 Maiores Devedores	836.966	20%	6.486	5%	547.745	23%
50 Maiores Devedores Seguintes	1.257.252	30%	73.913	59%	1.034.340	43%
100 Maiores Devedores Seguintes	753.200	18%	8.661	7%	374.589	15%
Demais Devedores Seguintes	1.376.764	33%	36.206	29%	453.263	19%
Total	4.224.183	100%	125.266	100%	2.409.937	100%

d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

A abertura da posição "Curso Normal" e "Curso Anormal" refere-se aos contratos vigentes em 31 de dezembro de 2015. As provisões constituídas levam em consideração as classificações de "rating" e os percentuais estipulados na Resolução CMN nº 2.682/1999.

Nível de Risco	Carteira de Créditos				31/12/2015
	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal ⁽¹⁾	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Provisão Requerida
AA	0,0%	436.131	-	436.131	-
A	0,5%	2.361.327	-	2.361.327	11.807
B	1%	943.997	17.525	961.522	9.615
C	3%	226.163	12.587	238.749	7.162
D	10%	34.114	73.660	107.774	10.777
E	30%	37.929	2.349	40.278	12.084
F	50%	2.480	4.867	7.347	3.674
G	70%	34	2.988	3.022	2.115
H	100%	1.555	66.477	68.032	68.032
Total		4.043.730	180.453	4.224.183	125.266

Nível de Risco	Carteira de Créditos				31/12/2014
	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal ⁽¹⁾	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Provisão Requerida
AA	0,0%	63.908	-	63.908	-
A	0,5%	951.580	-	951.580	4.758
B	1%	1.067.695	8.579	1.076.274	10.763
C	3%	255.496	10.093	265.589	7.968
D	10%	21.962	15.341	37.303	3.730
E	30%	26	3.353	3.379	1.014
F	50%	5.588	466	6.054	3.027
G	70%	29	288	317	221
H	100%	231	5.302	5.533	5.533
Total		2.366.515	43.422	2.409.937	37.014

(1) Curso normal refere-se a contratos vencidos e contratos com parcelas vencidas até 14 dias e curso anormal à contratos vencidos e vencidos a partir de 15 dias.

e) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Carteira de Crédito

	31/12/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	32.738	40.983
Constituição Líquida de Reversão	86.550	5.677
Baixa para Prejuízo	(4.643)	(13.922)
Saldo Final ⁽¹⁾	114.645	32.738
Circulante	(88.838)	25.238
Longo Prazo	(25.807)	7.500
Créditos Recuperados ⁽²⁾	15.003	14.641

(1) Inclui provisão para cobrir as eventuais perdas dos avais e fianças honradas e outros créditos.

(2) Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica de "Operações de crédito".

e.1) Movimentação de Outras Provisões de Crédito

	31/12/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	4.276	-
Constituição Líquida de Reversão	6.345	4.276
Saldo Final	10.621	4.276
Circulante	10.621	4.276
Longo Prazo	-	-

No exercício de 2015, os créditos renegociados são de R\$ 174.654 (31/12/2014 - R\$ 17.137, e a Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa constituída para esses contratos em 2015 é de R\$ 26.085 (31/12/2014 - 197), relativo as operações vencidas e repactuadas. O Saldo apresentado considera como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento e nas condições de pagamento originalmente pactuadas em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco. O gerenciamento de risco de crédito está descrito na Nota 29.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

e.2) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Cessão de Créditos

	31/12/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	11	101
Constituição Líquida de Reversão	(11)	(90)
Saldo Final ⁽¹⁾	-	11

(1) A provisão constituída serve para cobrir as eventuais perdas dos créditos cedidos com coobrigação, é calculada, conservadoramente, com base nos mesmos critérios utilizados para a apuração da provisão sobre a carteira própria. Essa provisão está registrada na rubrica "Outras obrigações - Diversas".

f) Cessão de Crédito

f.1) Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução nº 3.533/2008 do CMN atualizada com normatizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1º de janeiro de 2012 a permanecer registrados na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriado ao resultado do período.

Com Transferência Substancial de Risco

Os créditos cedidos com transferência substancial dos riscos e benefícios são baixados do ativo e o ganho ou perda reconhecido no semestre na data da cessão. No exercício de 2015 não houve operação de Venda ou de Transferência de Ativos financeiros (2014 - R\$ 20.866).

	31/12/2015	31/12/2014
Total da Carteira Cedida	-	20.866
Valor da Venda	-	23.274
Lucro com Cessão de Créditos	-	2.408

Com Retenção Substancial de Risco

O Banco realizou operações de Venda ou Transferência de Ativos financeiros em que ocorreu a retenção substancial dos riscos de crédito dos ativos financeiros transferidos, por meio de cláusulas de coobrigação. Dessa forma, tais créditos permanecem registrados como operações de crédito e um passivo é reconhecido. O saldo do passivo registrado pelo reconhecimento da obrigação está representado da seguinte forma:

	31/12/2015	31/12/2014
Carteira Cedida com coobrigação	2.089	102.903
Ganho a ser reconhecido pelo prazo do contrato	98	2.137
Total (Nota 16.b)	2.187	105.040

O saldo da carteira não baixada do ativo está representado da seguinte forma:

	31/12/2015	31/12/2014
Operações de Crédito Vinculadas à cessão	2.091	102.862
Total (Nota 8.a)	2.091	102.862

g) Resultado de Operações de Crédito

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	15	30	3
Rendas de Empréstimos	194.119	307.222	129.171
Rendas de Títulos Descontados	12.775	23.782	6.968
Rendas de Financiamentos	276.359	461.832	154.780
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	8.012	15.003	14.641
Resultado com Cessão de Créditos sem Coobrigação	-	-	2.408
Despesas com Cessão de Crédito com Coobrigação	(830)	(5.652)	(3.120)
Perdas com Créditos Incobráveis	(3.222)	(5.998)	(7.233)
Rendas de Crédito por Avais e Fianças Honrados	-	-	619
Total	487.228	796.219	298.237

9. Outros Créditos

a) Carteira de Câmbio

Abaixo as posições ativas e passivas de carteira de câmbio:

	31/12/2015	31/12/2014
Ativo		
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	-	811
Direitos sobre Venda de Câmbio	1.638	(811)
Câmbio Comprado a Liquidar	56.708	96.877
Rendas A Receber De Adiantamentos Concedidos ⁽¹⁾	953	1.520
Total	59.299	98.397
Circulante	59.299	98.397
Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	1.644	804
Obrigações por Compra de Câmbio	51.504	87.476
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio ⁽¹⁾	(51.504)	(87.476)
Total	1.644	804
Circulante	1.644	804

(1) Os valores de Rendas a Receber De Adiantamentos Concedidos no valor de R\$ 953 e de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio de R\$ 51.504 compõe o saldo de R\$ 52.457 divulgado na nota 8.a.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a.1) Resultado de Operações de Câmbio

	2º Semestre	31/12/2015	31/12/2014
Rendas de câmbio	184.964	409.952	124.724
Despesas de câmbio	(156.326)	(370.047)	(115.566)
Total	28.638	39.905	9.158

b) Créditos Tributários

	31/12/2015	31/12/2014
Créditos Fiscais Diferidos	156.475	163.157
Saldo Inicial	131.769	27.872
Constituições	(67.594)	(34.554)
Reversões	220.650	156.475
Saldo Final	13.610	17.699
Débitos Fiscais Diferidos - Nota 16.a	83.067	36.335
Saldo Inicial	(92.545)	(40.424)
Constituições	4.133	13.610
Reversões		
Saldo Final	4.133	13.610

b.1) Ativo Fiscal Diferido

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os valores diferidos foram calculados, sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis (Alíquotas IRPJ 25% e CSLL 20% até dezembro de 2018).

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas "Outros créditos - Diversos" e "Outras obrigações - Fiscais e Previdenciárias", respectivamente.

	31/12/2015	31/12/2014
Prejuízo Fiscal	198.099	237.259
Crédito de IRPJ sobre Prejuízo Fiscal - 25%	49.525	59.315
Base Negativa de Contribuição Social	202.075	241.227
Crédito de CSLL sobre Base Negativa - 20%	40.415	36.184
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	115.493	33.964
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	10.621	4.276
Provisão para Contingências Trabalhistas	18.752	20.874
Provisão para Contingências Cíveis	33.759	28.594
Provisão para Despesas Administrativas	45.228	28.131
Provisão PLR - Administradores	18.510	14.309
Provisão para Perda no Valor Recuperável dos Bens não de Uso	18.899	15.488
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	14.324	10.574
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Derivativos	4.580	-
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação - 4,65%	(879)	(492)
Perdas em Operações de Crédito	4.227	4.428
Outras Diferenças Temporárias	4.626	(253)
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	288.138	145.584
Total de Diferenças Temporárias - CSLL	288.138	159.893
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	72.035	36.396
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 20%	57.628	23.984
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Derivativos	4.580	-
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	17.957	12.823
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	22.537	12.823
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Crédito de PIS e COFINS Diferidos	1.048	596
Total do Ativo Fiscal Diferido	220.650	156.475
Circulante	47.290	43.514
Longo Prazo	173.360	112.961

b.2) Passivo Fiscal Diferido

	31/12/2015	31/12/2014
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	-	18.223
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação - 4,65%	-	(847)
Ajustes Futuro - DI e DDI	8.691	13.487
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	(404)	(627)
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	8.287	30.235
Débitos sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	2.072	7.559
Débitos sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 20%	1.657	4.535
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	-	18.223
Ajustes Futuro - DI e DDI	8.691	13.487
Outras diferenças temporárias	-	894
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	8.691	32.604
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Débito de PIS e COFINS Diferidos	404	1.516
Total do Passivo Fiscal Diferido	4.133	13.610
Circulante	4.133	13.610
Longo Prazo	-	-

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.3) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários e Passivo Fiscal Diferido

Ano	31/12/2015			31/12/2014		
	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos
2014	-	-	-	-	-	-
2015	-	-	-	43.514	13.610	29.904
2016	47.290	4.133	43.157	16.854	-	16.854
2017	82.006	-	82.006	31.142	-	31.142
2018	79.659	-	79.659	61.286	-	61.286
2019	6.833	-	6.833	1.940	-	1.940
2020	2.583	-	2.583	1.739	-	1.739
A partir de 2021	2.279	-	2.279	-	-	-
Total	220.650	4.133	216.517	156.475	13.610	142.865

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

Com o advento da conversão da MP nº 675 na Lei 13.169, de 6 de outubro de 2015, os créditos tributários relativos a CSLL foram majorados para refeletir a elevação da alíquota de 15% para 20% até dezembro de 2018.

O impacto da elevação de alíquota de 15% para 20% gerou um efeito de R\$ 24.096 de crédito tributário.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente do ativo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2015, considerando a taxa de captação projetada para os períodos é de R\$ 183.567 (2014 - R\$ 123.708).

d) Outros Créditos - Diversos

	31/12/2015	31/12/2014
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar ⁽¹⁾	33.681	18.169
Devedores por Depósitos em Garantia	10.980	9.810
Para Interposição de Recursos Fiscais ⁽²⁾	1.858	1.808
Para Interposição de Recursos Trabalhistas (Nota 18.b.1)	2.344	2.738
Para Interposição de Recursos Cíveis (Nota 18.b.2)	6.778	5.264
Pagamentos a Ressarcir	-	1
Adiantamentos Salariais/Outros	5.300	707
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 8.a)	1.200	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 21.c)	-	835
Títulos e Créditos a Receber sem características de concessão de crédito	-	4
Outros	1.254	9.938
Total	52.415	39.464
Circulante	52.415	39.464
Longo Prazo	-	-

(1) Em 31 de dezembro de 2015 este montante refere-se, principalmente, ao PIS e à COFINS a compensar, oriundos da incorporação da Ficris Axelrud S.A. ocorrida em 1º de março de 2013, a serem utilizados na compensação de outros tributos federais.

(2) O Banco possui apenas uma ação ativa de natureza tributária para qual foi efetuado depósito judicial.

e) Direitos Creditórios

	31/12/2015	31/12/2014
Direitos Creditórios ⁽³⁾	1.323.524	367.239
Total	1.323.524	367.239
Circulante	1.323.524	367.239
Longo Prazo	-	-

(3) Na rubrica "Títulos e Créditos a Receber com característica de concessão de crédito", está contabilizado o montante de R\$ 1.323.524, que refere-se a compra de direitos de recebíveis, a valores de mercado, com transferência definitiva dos riscos e benefícios, da cadeia produtiva da J&F (Partes Relacionadas). No período de 31 de dezembro de 2014 R\$ 367.238.

10. Outros Valores e Bens

	31/12/2015	31/12/2014
Bens não de Uso - Imóveis ⁽¹⁾	99.441	74.116
(Provisão para Desvalorização)	(18.899)	(15.488)
Despesas Antecipadas	32.618	8.859
Total	113.161	67.487
Circulante	32.618	8.859
Longo Prazo	80.543	58.628

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o Conglomerado, de forma conservadora, incrementou a provisão para desvalorização no montante de R\$ 3.508.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

11. Participações em Coligadas e Controladas

Investimentos	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas		31/12/2015
	Direta ou Indiretamente (Mil)		
	Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	Participação
Controladas do Banco			
Original Asset Management Ltda. ⁽²⁾	Administração de Carteira/ Fundos	3.500.000	99%
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda. ⁽²⁾	Corretora de Seguros	1.000.000	99,9%
Original App Ltda. ⁽¹⁾	Intermediação	149.985	99,99%
Joint -venture do Banco			
Miralta Serviços S.A. ⁽³⁾	Intermediação	10.000	51%

	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido/ (Prejuízo)	Ágio	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial		
				31/12/2015	31/12/2014	2º Semestre	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Controladas do Banco								
Original Asset Management L	55.025	2.153	-	55.019	852	1.073	2.155	(192)
Original Corporate Corretora	1.121	108	-	1.120	1.012	61	109	14
Original Promotora Ltda.	413	32	-	413	-	3	3	-
Joint -venture do Banco								
Miralta Serviços S.A.	1.593	(447)	8.180	813	-	(228)	(228)	-
Total	58.152	1.846	8.180	57.365	1.864	909	2.039	(178)

(1) Em 22 de dezembro de 2015 a Original Promotora Ltda teve sua denominação social alterada para Original App Ltda. Adicionalmente seu objeto social foi alterado de intermediação para desenvolvimento, teleatendimento e prestação de serviços de crédito.
(2) Investimento adquirido em dezembro de 2014.
(3) Investimento adquirido em agosto de 2015. A diferença entre o Patrimônio Líquido da investida e o valor do investimento refere-se a ágio. Possui capital não integralizado de R\$ 3.720.

12. Imobilizado de Uso

Outras Imobilizações de Uso	Custo	Depreciação	31/12/2015	31/12/2014
			Residual	Residual
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	11.563	(2.002)	9.561	3.382
Sistemas de Processamento de Dados ⁽¹⁾	105.196	(9.520)	95.676	39.191
Sistemas de Segurança e Comunicações	971	(591)	380	458
Outros	551	(525)	26	55
Total	118.281	(12.638)	105.643	43.086

(1) O aumento refere-se ao desenvolvimento do Projeto Digital.

13. Intangível

Gastos com Desenvolvimento	Custo	31/12/2015	31/12/2014
		Líquido	Líquido
Gastos com Consultoria Especializada	321.217	321.217	103.845
Total	132.484	132.484	43.603
	453.701	453.701	147.448

O Banco está reconhecendo um intangível referente ao Projeto Digital que se encontra na fase de desenvolvimento, observando as regras estabelecidas nas normas vigentes. A expectativa que a amortização iniciará é a partir do ano de 2016.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

14. Captção de Recursos e Obrigações por Repasses

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelas taxas divulgadas pela BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ou agentes de mercado, quando necessário.

a) Depósitos

					31/12/2015	31/12/2014
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos à Vista	68.572	-	-	-	68.572	31.729
Depósitos Interfinanceiros	-	2.034	-	-	2.034	35.433
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE	-	325.988	381.557	631.911	1.339.456	492.144
Total	68.572	328.022	381.557	631.911	1.410.062	559.306
Circulante					778.151	361.957
Longo Prazo					631.911	197.349

Em 31 de dezembro de 2015 os Depósitos a Prazo estão compostos por DPGE no montante de R\$ 202.626 (31/12/2014 - R\$ 163.040) e CDB no montante de R\$ 1.136.830 (31/12/2014- R\$ 329.104)

O Banco realiza operações com Certificado de Depósito Bancário (CDB) com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 95% e 120% do CDI, (2014 - 95% e 116,50% do CDI); e para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 12,7 % a.a. e 19,45 % a.a. (2014 - 11,33% a.a. e 14,06% a.a.). Para operações de DPGE com taxas pós-fixadas praticadas de 113% do CDI (2014 - 108% e 121% do CDI).

a.1) Despesa de Captação no Mercado

	01/01 a	
	2º Semestre	31/12/2015 01/01 a 31/12/2014
Depósitos Interfinanceiros	(6.692)	(11.932) (722)
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE	(96.485)	(136.970) (36.906)
Captação no Mercado Aberto	(4.291)	(6.437) (3.279)
LCA	(101.960)	(160.511) (35.086)
Despesa CDB - FINDUR	(293)	(293) -
Despesas de contribuição ao fundo garantidor de crédito - FGC	(3.415)	(5.839) (3.780)
Despesas de Letras Financeiras	(7.219)	(9.420) (131)
Despesas de Letras Imobiliárias	(15.583)	(24.657) (5.862)
Total	(235.938)	(356.059) (85.766)

b) Captações no Mercado Aberto

	31/12/2015				31/12/2014
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Carteira Própria	-	-	-	-	111.764
Títulos Públicos - LTN	-	-	-	-	111.764
Carteira de Terceiros	82.419	-	-	82.419	-
Títulos Públicos	82.419	-	-	82.419	-
Redução (Aumento) em Depósitos no Banco Central	82.419	-	-	82.419	111.764
Circulante				82.419	111.764
Longo Prazo				-	-

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	31/12/2015				31/12/2014
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares					
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	411.668	915.277	446.225	1.773.170	706.589
Letras de Crédito do Imobiliária - LCI	90.213	132.505	50.394	273.112	130.232
Letras Financeiras- LF	-	-	119.256	119.256	1.786
Total	501.881	1.047.782	615.875	2.165.537	838.607
Circulante				1.549.663	761.935
Longo Prazo				615.874	76.672

O Banco realiza operações LCA, com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 88% e 104% do CDI (2014 - 50% e 104% do CDI). Para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 8,9% a.a. e 17% (2014 - 8,38% a.a. e 12,56% a.a.). Para LCI com taxas praticadas em operações pós-fixadas no montante de 88% a 103% do CDI (2014 - 96% e 103%). Para LF com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 115% a 120% do CDI ou 107,5% a 108,5% do IPCA, em 2014 não tínhamos operações com esta natureza.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

d) Relações Interdependências

Refere-se ao registro das ordens de pagamento em moeda estrangeiras provenientes do exterior, basicamente, operações de câmbio, a serem cumpridas no País por seu contra valor em moeda nacional no montante de R\$ 2.572 (31/12/2014 - R\$ 544).

e) Obrigações por Repasses do País

O Banco possui operações de linhas de financiamento com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) destinada a cafeicultores, suas cooperativas e as agroindústrias, para utilização em custeio, colheita, estocagem e aquisição de café.

				31/12/2015	31/12/2014
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Funcafé - FAC	3.570	29.662	-	33.232	36.206
Funcafé - Estocagem	7.876	16.056	-	23.932	11.952
Funcafé - Capital de Giro	4.362	4.190	5.098	13.650	14.763
Total	15.808	49.908	5.098	70.815	62.921
Circulante				65.717	59.018
Longo Prazo				5.098	3.903

As taxas e prazos estão em conformidade com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

f) Despesa de Empréstimos e Repasses

	2º Semestre	31/12/2015	31/12/2014
Despesas De Empréstimos No Exterior	(143.212)	(227.329)	(55.854)
Despesas De Obrigacoes Com Banqueiros No Exterior	(336)	(670)	(578)
Despesas De Repasses - Outras Instituicoes Oficiais	(1.334)	(1.820)	(872)
Total	(144.882)	(229.819)	(57.304)

15. Obrigações por empréstimos

a) Obrigações em moeda estrangeira

				31/12/2015	31/12/2014
	Até 3 meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Obrigações em moedas estrangeiras	33.226	53.140	-	86.366	75.924
Obrigações para empréstimos no exterior	-	361.509	-	361.509	487.086
Total	33.226	414.649	-	447.875	563.010
Circulante				447.875	563.010
Longo Prazo				-	-

O Banco realiza operações com moedas estrangeiras com taxas praticadas de 1,99% a.a. à 3,43% a.a. As aplicações em TVM no exterior, na sua totalidade, foram dadas em garantia dessa operação.

16. Outras Obrigações

a) Fiscais e Previdenciárias

	31/12/2015	31/12/2014
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	1.956	927
Impostos e Contribuições sobre Salários	9.317	6.057
PIS	-	329
COFINS	-	2.027
I.R.R.F. a recolher s/ Juros Capital Próprio	6.450	5.850
I.R.- s/ operações de renda variável	636	1.801
I.R.- s/ operações de renda fixa	77	20
IOF - Capital de Giro	458	264
Outros	162	173
Provisão para Imposto de Renda	22.068	10.153
Provisão para Contribuição Social	15.763	5.298
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 9.b)	4.133	13.610
Total	61.020	46.509
Circulante	61.020	46.509

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Outras Obrigações - Diversas

	31/12/2015	31/12/2014
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas (Nota 17.b.1)	18.752	20.874
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis (Nota 17.b.2)	33.759	28.594
Provisão para Outros Créditos (Nota 8.e.1)	-	11
Provisão para Pagamentos a Efetuar	85.049	58.102
Despesas de Pessoal	19.331	14.040
Outras Despesas Administrativas	574	317
Outros Pagamentos ⁽³⁾	65.144	43.745
Consignados	1	578
Recebimentos a Ressarcir Demais Convênios ⁽¹⁾	15.243	13.974
Contas a Pagar de Uso, Consumo e Prestação de Serviços	342	2.219
Cessões de Crédito a Liquidar ⁽²⁾	281	4.595
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	7.471	-
Recuperação de Crédito	133	-
Adtos, Comissões, Antecipações a Correspondentes	773	773
Credores Diversos - Exterior/País	11.032	9.625
Obrigações para Operações Vinculadas a Cessão (Nota 8.f.1)	2.187	105.040
Provisão para Fianças	-	1.226
Total	175.023	245.611
Circulante	120.550	196.143
Longo Prazo	54.473	49.468

(1) Valores a pagar para correspondentes bancários.

(2) Refere-se a parcelas de operações de crédito recebidas antecipadamente, relativas a operações de crédito cedidas a outras instituições financeiras (com coobrigação) e a Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (sem coobrigação), a serem repassadas para essas instituições nas respectivas datas estabelecidas nos contratos de cessão.

(3) Composto basicamente por PLR.

17. Ativos e Passivos Contingentes e Provisões

a) Ativos Contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

b) Provisões e Passivos Contingentes

b.1) Provisão para Processos Trabalhistas

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas devidos. A movimentação das provisões para processos trabalhistas está demonstrada a seguir:

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
	Trabalhistas	Trabalhistas
Saldo Inicial	20.874	20.105
Constituição Líquida de reversão	(2.122)	769
Saldo Final	18.752	20.874

Para esses processos trabalhistas foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 2.344 (2014 - R\$ 2.738).

b.2) Provisão para Processos Cíveis

Estas ações são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução, e (4) ações de indenização por perdas e danos.

No quarto trimestre de 2014, ocorreu uma mudança de metodologia, pela qual o Banco passou a contabilizar as provisões para as ações de perda provável de acordo com o prognóstico dos advogados, deixando de contabilizar a partir de aplicação de percentual efetivo de perda médio para todas as causas cíveis. A movimentação das provisões está representada conforme segue:

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
	Cíveis	Cíveis
Saldo Inicial	28.594	26.033
Constituição Líquida de Reversão	5.165	2.561
Saldo Final	33.759	28.594

Para esses processos foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 6.778 (2014 - R\$ 5.264).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.3) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos de natureza trabalhista ou cível classificados, com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o Banco possuía os seguintes montantes de passivo contingente classificado como possível:

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Processos Trabalhistas	4.381	1.795
Processos Cíveis	30.004	29.079
Total	34.385	30.874

18. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2015, o Capital Social de R\$2.130.001 (31/12/2014 - R\$2.103.451) de domiciliados no País, integralizado é assim apresentado:

	31/12/2015			31/12/2014		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	2.053.912	76.089	2.130.001	2.027.362	76.088	2.103.450
Total	2.053.912	76.089	2.130.001	2.027.362	76.088	2.103.450

Conforme AGE realizada em 31 de dezembro de 2015 foi aprovado o aumento de capital social da instituição no valor de R\$ 26.550, mediante a capitalização do JCP e distribuição do lucro, passando a R\$ 2.130.001 (31/12/2014 - R\$ 2.103.450), sem a emissão de novas ações. O aumento de capital foi submetido a aprovação do Banco Central do Brasil (BACEN).

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere-se ao valor do ajuste a valor de mercado relativo aos títulos públicos representados por NTN e LTN e títulos emitidos pelo governo - Outros Países no montante de R\$ (10.976), (31/12/2014 R\$ (8.193))

c) JCP e Dividendos

Em 31 de dezembro de 2015 conforme AGE, o Banco provisionou JCP dos acionistas, no montante de R\$ 43.000, o qual após retenção de imposto de renda na fonte, à alíquota de 15% na forma da legislação em vigor, resulta no montante líquido de R\$ 36.550 (2014 - 33.150). Sendo que deste montante líquido R\$ 26.550 foi capitalizado pela Companhia (2014 - R\$ 23.149) e R\$ 10.000 será pago ao acionista (2014 - R\$ 10.000). O benefício fiscal reconhecido no resultado foi de R\$ 17.200 (2014 - R\$ 15.600).

c.1) Reserva de Lucros

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não houve constituição de reserva de Lucros.

c.2) Reserva Estatutária

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não houve constituição de reserva estatutária.

19. Limites Operacionais

Segundo as regras do Banco Central, em linha com as diretrizes do Comitê da Basileia, as instituições financeiras devem manter requerimentos mínimos de Capital compatíveis com os níveis de risco de suas atividades, de forma a manter a relação entre Patrimônio de Referência (PR) e o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) superior a 11%.

O índice de Basileia foi calculado com base nas Demonstrações Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, nos termos da Resolução 4.280, substituindo o conceito de Conglomerado Financeiro. Em janeiro de 2016, o Banco Central divulgou a Carta Circular 3.748, dispensando as instituições financeiras da remessa do índice de Basileia do Conglomerado Financeiro.

	31/12/2015	31/12/2014
Patrimônio de Referência Nível I	1.956.339	2.037.134
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	1.956.339	2.037.134
RWA (Patrimônio de Referência Exigido) ⁽¹⁾	6.821.406	4.410.010
RWA _{CPAD} (Parcela de Risco de Crédito)	5.850.627	3.433.237
RWA _{MPAD} (Parcelas de Risco de Mercado)	474.976	326.921
RWA _{OPAD} (Parcela de Risco Operacional)	495.803	649.852
Índice de Basileia III e II	28,7%	46,2%

(1) Para comparação entre a regra antiga e nova deve-se multiplicar as parcelas de RWA por 11%.

Em 2015 e 2014 o Conglomerado Original mostrou-se enquadrado no limite de Capital Regulatório, de 11%, e Patrimônio compatível com o risco da estrutura dos ativos, conforme normas e instruções estabelecidas pelas Resoluções 4.192 e 4.193 de 2013 além de legislação complementar.

O Banco divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requerimentos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.original.com.br.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o Banco encontra-se enquadrado no referido índice.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

20. Partes Relacionadas

a.) Benefícios Pós-Emprego

a.1) Plano de Saúde

O Banco Original é o principal patrocinador do Plano de Saúde utilizado pelos seus empregados (participantes ativos e seus dependentes), administrados pelo Bradesco Saúde cujo objetivo é a manutenção de planos de saúde, programas de assistência à saúde, campanhas de prevenção à doenças e a promoção do bem-estar de seus beneficiários por meio de convênios. Os funcionários demitidos continuarão contando com o plano de saúde durante 6 meses após seu desligamento. O montante custeado para os demitidos até 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 100 (2014 - R\$ 93).

b) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		31/12/2015	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	Total
	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
J&F Participações Ltda. (J&F) ⁽¹⁾	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%
Total	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%

(1) É uma empresa de investimentos (Holding).

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		31/12/2014	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	Total
	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
J&F Participações Ltda. (J&F)	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%
Total	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%

c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços entre as empresas abaixo relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas usuais de mercado, e em condições de comutatividade. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 e pela Resolução CMN nº 3.750/2009, conforme os saldos apresentados abaixo:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	67.129	60.878	7.207	27.629
JBS S.A. (JBS)	67.129	60.878	7.207	27.629
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	-	835	-	-
J&F Participações Ltda.	-	835	-	-
Cessão de crédito sem retenção substancial de Risco (Nota 8.f.1)	-	-	-	2.408
J&F Investimentos S.A.	-	-	-	2.408
Depósito a Vista	(13.067)	(61)	-	-
JBS S.A. (JBS)	(160)	(2)	-	-
J&F Participações Ltda.	(48)	(18)	-	-
J&F Investimentos S.A.	-	(2)	-	-
J&F Floresta Agropecuária	(6)	-	-	-
Original Asset Management Ltda	(13)	-	-	-
Seara Alimentos Ltda	(2.409)	-	-	-
Vigor Alimentos S.A	(578)	-	-	-
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	(7.498)	-	-	-
Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limp. S.A.	(2.353)	-	-	-
Promotora (JBS)	(2)	(39)	-	-
Depósito a Prazo	(103.753)	(15.278)	(8.449)	(537)
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	(6.655)	(10.398)	(1.065)	(398)
Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limp. S.A.	(4.441)	-	(711)	-
JBS S.A. (JBS)	(22.196)	-	(1.196)	-
Original Asset Management Ltda	(42)	-	(2)	-
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda	(637)	-	(20)	-
ZMF Fundo de Investimento e Participações	(334)	(951)	(23)	(51)
Miralta Serviços S.A.	(1.129)	-	(56)	-
Matone Promotora Ltda.	-	(3.929)	-	(88)
J&F Participações Ltda.	(25.518)	-	(2.778)	-
J&F Investimentos S.A.	(267)	-	-	-
Seara Alimentos Ltda	(15.136)	-	(136)	-
Vigor Alimentos S.A	(21.645)	-	(2.199)	-
Promotora	(5.753)	-	(263)	-
Captação no Mercado Aberto	(82.419)	(93.959)	(8.969)	(8.020)
Banco Original do Agronegócio S.A.	(82.419)	(93.959)	(8.969)	(8.020)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(171)	(2.771)	(9)	(48)
Original Asset Management Ltda	(171)	-	(9)	-
Original Investimentos Imobiliários Ltda	-	(1.288)	-	(6)
Outros ⁽¹⁾	-	(1.483)	-	(42)
JCP a Pagar	(43.000)	(39.000)	(43.000)	(39.000)
J&F (Nota 19.c)	(43.000)	(39.000)	(43.000)	(39.000)
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(7.471)	-	-	-
Miralta Serviços S.A. ⁽²⁾	(3.720)	-	-	-
J&F	(3.751)	-	-	-

(1) Inclui Alta Administração e Pessoas Físicas Ligadas.

(2) Refere-se a capital a integralizar.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

21. Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Cobrança e Arrecadações	1.145	1.812	694
Tarifas e serviços bancários	40	54	23
Renda de garantia prestada	5.230	7.497	1.137
Prestação de Serviços de Assessoria Financeira	6.884	18.885	6.346
Serviço de recebimento e envio de valores	2.813	5.840	7.518
Outras	348	611	1.164
Total	16.460	34.699	16.882

22. Despesas de Pessoal

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Remuneração	(44.773)	(79.234)	(62.107)
Encargos	(14.441)	(23.974)	(20.110)
Benefícios	(5.889)	(10.664)	(6.684)
Outras	(769)	(1.109)	(1.080)
Total	(65.872)	(114.981)	(89.981)

23. Outras Despesas Administrativas

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	(15.399)	(25.271)	(16.915)
Depreciações e Amortizações	(970)	(1.855)	(1.693)
Propaganda e Publicidade ⁽¹⁾	(6.170)	(9.713)	(3.080)
Comunicações	(546)	(873)	(600)
Processamento de Dados	(6.790)	(13.797)	(9.226)
Aluguéis	(3.522)	(7.436)	(8.457)
Transportes e Viagens	(2.708)	(4.416)	(2.320)
Serviços de Vigilância e Segurança	(1.084)	(1.865)	(328)
Manutenção e Conservação de Bens	(1.307)	(2.560)	(1.220)
Serviços do Sistema Financeiro ⁽²⁾	(5.173)	(8.860)	(4.307)
Água, Energia e Gás	(628)	(1.168)	(545)
Material	(387)	(691)	(289)
Outras	(6.953)	(14.551)	(5.662)
Total	(51.637)	(93.056)	(54.642)

(1) Inclui Publicações das Demonstrações Financeiras.

(2) Refere-se principalmente a despesas com CETIP e Bolsa.

24. Despesas Tributárias

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Despesa com COFINS	(9.923)	(20.191)	(11.325)
Despesa com ISS	(707)	(1.608)	(970)
Despesa com PIS/Pasep	(1.613)	(3.281)	(1.840)
IOF	(16)	(23)	(1)
Tributos Municipais	-	-	(1.155)
Tributos Estaduais	(565)	(941)	(538)
Outras ⁽¹⁾	(279)	(892)	(359)
Total	(13.103)	(26.936)	(16.188)

(1) Taxas e outros tributos.

25. Outras Receitas Operacionais

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Atualização de Depósitos Judiciais	303	772	906
Atualização de Impostos a Compensar	309	1.260	213
Recuperação de Encargos e Despesas	1.680	2.399	820
Juros de atualização	-	-	2.321
Reversão de Provisões Operacionais	1.639	2.121	3.653
Trabalhista	1.639	2.121	-
Reversão provisão de Fiança	-	-	130
Reversão provisão Matone	-	-	2.829
Reversão provisão Recursos Legais	-	-	694
Outras	1.310	1.761	466
Outras receitas operacionais	-	170	-
Total	5.241	8.483	8.379

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

26. Outras Despesas Operacionais

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Provisões Operacionais	(523)	(5.165)	(3.564)
Trabalhistas	-	-	(769)
Cíveis	(523)	(5.165)	(2.561)
Outras	-	-	(234)
Indenizações trabalhistas	(1.229)	(4.103)	(4.393)
Outras	(403)	(401)	(1)
Total	(2.155)	(9.669)	(7.958)

27. Resultado não Operacional

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Ganho de venda de BNDU	550	550	-
Contingência ativa (Nota 19a)	-	-	1.348
Baixa de bens do ativo imobilizado	-	-	(686)
Baixa de outros investimentos	-	-	(139)
Reversão Provisão BNDU	-	97	-
Outras Receitas/ (Despesas)	4	4	-
Total	554	651	523

28. Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os valores diferidos foram calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social estão apresentados no Balanço Patrimonial nas rubricas "Outros créditos - diversos" e "Outras obrigações - Fiscais e Previdenciárias", respectivamente.

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Deduzido as Participações no Resultado e JCP	30.700	53.477
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(2.039)	178
Outras Diferenças Permanentes - CSLL	(42.799)	(437)
Outras Diferenças Permanentes - IRPJ	(57.083)	9.466
Base de cálculo - CSLL	(14.138)	53.218
Base de cálculo - IRPJ	(28.423)	63.121
CSLL - 20%	23.682	(7.983)
IRPJ - 25% Deduzidos dos Incentivos Fiscais	8.226	(15.434)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	31.908	(23.416)
Encargo Líquido de IRPJ e CSLL	31.908	(23.416)

29. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A avaliação dos riscos é fundamental para a tomada de decisão. Por isso, o Banco conta com uma estrutura de Gerenciamento de Riscos, constituída de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e atividades desenvolvidas.

As aprovações e revisões das diretrizes de gestão de risco e de capital, bem como os limites de riscos, são definidos por comitê composto pelo corpo diretivo e técnico da instituição. O Comitê de Diretoria é a autoridade superior nas decisões relacionadas à deliberação, coordenação, avaliação e delegação sobre a alocação de capital e apetite a risco da Alta Administração do Banco.

Outro pilar da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle. Os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação de um novo produto, e a independência de informação destas áreas com o processo operacionalizando. Esta independência de informações busca garantir um fluxo de controle menos sensível ao risco operacional e evita situações em que possam existir conflitos de interesses.

Em conformidade com a regulamentação do BACEN, o Banco disponibiliza informações acerca de sua estrutura de gerenciamento de riscos publicamente no website: www.original.com.br.

a. Gerenciamento de Riscos Operacionais

Conforme Resolução CMN nº 3.380/2006, o Banco considera risco operacional, a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco.

A estrutura de risco operacional do Banco visa identificar, avaliar, monitorar, testar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais. Esta estrutura está formalizada em política que define a metodologia, processos e responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional atua de forma corretiva e preventiva evitando novos eventos e reincidência de falhas.

A estrutura conta ainda com um comitê de Risco Operacional, além da participação dos ACIR's – Agentes de Controles Internos e Riscos, colaboradores responsáveis pela gestão do risco operacional em sua própria diretoria, o que reforça o papel individual de cada colaborador no gerenciamento de risco operacional no Banco como um todo.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b. Gerenciamento de Riscos de Mercado

O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Banco. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Banco tem como base a Resolução nº 3.464/2007 do CMN.

A análise de exposição das carteiras da instituição é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas pela Diretoria da instituição e formalizadas na Política de Risco de Mercado, documento interno aprovado e revisado pelo Comitê de Diretoria.

As estratégias de risco são definidas pela Alta Administração da instituição e incorporam o planejamento estratégico das áreas de negócios.

Os limites e níveis de alertas devem ser revisados no mínimo anualmente pela Alta Administração. São observados os seguintes limites: "VaR (Value at Risk)", Testes de Estresse, "Stop Loss" e Análise de sensibilidade.

c. Gerenciamento de Riscos de Liquidez

A relevância que a Diretoria da Instituição tem em relação ao gerenciamento de risco de liquidez é norteada pela Política de Risco de Liquidez, documento aprovado e revisado periodicamente pelo Comitê de Diretoria. Esta política segue as diretrizes da Resolução CMN nº 4.090/2012, assim como as melhores práticas propostas pelo Comitê de Basileia.

A área de riscos é responsável por monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a solvência da instituição. Estas informações são encaminhadas para as áreas de negócio e para a Diretoria do Banco e suportam o planejamento de liquidez da Instituição.

As principais variáveis utilizadas pelo Banco para a análise são: Disponibilidade de Caixa, Nível de Caixa Mínimo e a Projeção do Fluxo de Caixa.

d. Gerenciamento de Riscos de Crédito

Conforme a Resolução CMN nº 3.721/2009, o risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração na possibilidade de cumprimento de obrigações contratuais de contrapartes do Banco, gerada por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito ou contraparte, em um acordo financeiro e suas implicações, tais como a desvalorização do contrato devido à deterioração na classificação de rating do cliente, além de variações nos indexadores e moedas associados à obrigação.

No caso particular em que o cliente é a contraparte do Banco em uma operação de derivativos, avalia-se o risco de crédito potencial. Com este tipo de operação, diferentemente de uma operação de empréstimo tradicional, em que o valor a receber é conhecido, as perdas potenciais de crédito ficam associadas às flutuações de mercado e seus impactos nos instrumentos financeiros.

A Diretoria do Banco é responsável pela aprovação e revisão das métricas de risco juntamente com sua política de risco de crédito. É função da Diretoria de Riscos monitorar, analisar e controlar a exposição ao risco de crédito do Banco, de forma independente das áreas de negócio, definindo o nível de provisionamento das operações de crédito, de maneira a antecipar as perdas projetadas para a carteira de crédito.

30. Outras Informações

a. Garantias Prestadas

Em 31 de dezembro de 2015, os avais, fianças e créditos para importação concedidos a terceiros pelo Banco, mediante comissão, montam em R\$ 309.331 (31/12/2014 - R\$189.816), que estão sujeitos a encargos financeiros e contra garantias dadas pelos beneficiários. Em 31 de dezembro de 2015 não há saldo de coobrigação em cessões de créditos (31/12/2014 - R\$ 451), pelas taxas das cessões. Para as fianças e avais prestados foi constituída provisão no montante de R\$ 848 (31/12/2014 - R\$ 1.226).

b. Seguros

O Banco possui seguro prestamista para cobertura de riscos de morte ou invalidez permanente total por acidentes dos clientes que possuem operações de crédito consignado mediante canal que o Banco mantém com o Ministério do Exército. Em 31 de dezembro de 2015, a carteira coberta por seguro atinge o montante de R\$ 1.225 (31/12/2014 - R\$ 6.409), referente a carteira própria e carteira cedida, e as despesas apropriadas no período atingem o montante de R\$ 89 (31/12/2014 - R\$ 370). A Administração do Banco considera que a cobertura apresenta montante suficiente para cobrir eventuais perdas com estas operações.

c. Plano de Aposentadoria e Pensões

O Banco não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores de forma que não se aplica ao Banco as exigências dispostas na Deliberação CVM nº 600/2009.

d. Compromissos assumidos por captações junto a instituições financeiras internacionais

O Banco é tomador de empréstimo de curto prazo junto as instituições financeiras internacionais, cujos contratos exigem manutenção de índices financeiros (*financial covenants*). Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas com a observância com a legislação brasileira e normas do BACEN. Em 31 de dezembro de 2015 o Banco atende todos os índices financeiros.

O Comitê de Auditoria do Banco Original S.A (Banco) tem como principais atribuições supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do Banco, bem como os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna e avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria do Conglomerado Original é um órgão composto exclusivamente por membros externos, reforçando a independência do Comitê e a ausência de conflito de interesses de seus membros, alinhado às melhores práticas de Governança Corporativa.

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas da Administração do Banco, incluídos os gestores de riscos, a auditoria interna, e a auditoria independente.

Estabeleceram-se canais de comunicação eficientes entre os membros do Comitê e os órgãos da Administração do Banco, de modo que as solicitações de informações dos componentes do Colegiado são atendidas rápida e substancialmente pelos administradores e funcionários das instituições.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

A Auditoria Interna é diretamente subordinada ao Comitê e indiretamente ao Presidente. Atua de forma objetiva e independente e adota metodologia própria, fundamentada nas melhores práticas da profissão. A metodologia estabelece a abordagem de avaliação por processos, com a frequência dos trabalhos determinada pelos riscos dos processos avaliados. A Auditoria Interna provê os Acionistas, a Presidência, a Diretoria Executiva e o Comitê de Auditoria com avaliações independentes, imparciais e tempestivas, para auxiliar a organização a realizar seus objetivos a partir da avaliação e melhoria dos processos de gerenciamento de riscos, controles, governança e do cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do Banco.

A KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras, deve assegurar que elas apresentem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco, e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Comitê reuniu-se com a empresa de auditoria independente e com o responsável pela auditoria interna, bem como com gestores de riscos, com o intuito de discutir pontos de gerenciamento de riscos, o planejamento e os trabalhos da auditoria interna, a adequação do escopo e dos procedimentos da auditoria independente, além de analisar as demonstrações financeiras de 31.12.2015.

O Comitê de Auditoria emitiu 17 recomendações ao longo do segundo semestre de 2015. As recomendações foram classificadas em de implantação necessária(8) e de implantação desejável (9). Todas as recomendações de implantação necessária foram aceitas.

O Comitê, com base nas informações recebidas, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórias frente aos objetivos propostos, que as demonstrações financeiras de 31.12.2015 do Banco foi elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e que os aprimoramentos nos processos de gestão e controle de riscos os tornam adequados à complexidade dos negócios e ao perfil de risco do Banco.

Com base nas informações recebidas, o Comitê de Auditoria registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos do Banco.

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda à Administração do Banco a aprovação das demonstrações financeiras auditadas relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2015.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2016.

Comitê de Auditoria
Marcelo Habice da Motta
Márcio Antônio Teixeira Linares
Miguel Burgos Neto